

O SURGIMENTO DA MARGINALIDADE AVANÇADA NOTAS SOBRE SUA NATUREZA E IMPLICAÇÕES¹

Loïc J. D. Wacquant
Universidade da Califórnia-Berkeley

RESUMO

O artigo examina o surgimento da “marginalidade avançada” e de novas formas de exclusão social em cidades do “Primeiro Mundo”, resultantes de transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais. O autor preocupa-se também em avaliar as implicações dessas novas formas de exclusão para a teoria e pesquisa urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: *marginalidade urbana; marginalidade “avançada”; política urbana.*

I. UNDERCLASS E BANLIEUE: FACES DA MARGINALIDADE AVANÇADA

A partir da última década, a auto-imagem das sociedades de Primeiro Mundo, como cada vez mais pacíficas, homogêneas, coesas e igualitárias — “democráticas” segundo a noção de Tocqueville, “civilizadas” no léxico de Norbert Elias — vem sendo destruída por explosões espetaculares de desordem pública, crescentes tensões étnicas e o ressurgimento evidente da desigualdade e da marginalidade nas metrópoles (WACQUANT, 1994a). Dois debates paralelos surgiram desde então nos Estados Unidos e na Europa Ocidental sobre a interseção entre pobreza, “raça” (ou imigração) e decadência urbana, enquanto o desemprego estrutural, a privação social e os conflitos étnicos ou raciais aumentam ao mesmo tempo nas grandes cidades de ambos os lados do Atlântico.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi preparada para o *Encontro de Especialistas em Áreas de Cidades e Subúrbios em Agonia*, OECD, Paris (março de 1994) e apresentado ao *Seminário de Macrossociologia Comparativa* no Departamento de Sociologia, Universidade da Califórnia, Los Angeles (Janeiro de 1995). Agradecemos os comentários críticos e reações de ambos os públicos. Traduzido do inglês por: Adriano Nervo Codato e Renato Monseff Perissinotto. Revisão técnica: Marcos Lanna.

Com o acelerado deslocamento e a degradação do núcleo metropolitano, os cientistas sociais americanos e os especialistas em políticas públicas ficaram alarmados com o aparecimento e a consolidação da chamada “subclasse” negra confinada nas áreas mais decadentes da cidade e cada vez mais isolada da sociedade mais ampla². Na França e em vários outros países da Europa Ocidental, um verdadeiro pânico moral surgiu com o aumento da “nova pobreza”, com a formação de “guetos para imigrantes” e com a conseqüente ameaça que estes representam para a integração nacional e para a ordem pública. À medida que os bairros operários assistiram à deterioração das condições sociais, aqueles “trabalhadores visitantes” e seus filhos tornaram-se um componente cada vez maior e permanente de sua população³. Em ambos os lados do Atlân-

² Estudos sobre o assunto incluem GLASGOW (1981), WILSON (1987) e (1993), HARRIS e WILKINS (1989), KATZ (1989), MASSEY e DENTON (1993), DEVINE e WRIGHT (1993), FAINSTEIN (1993). Para uma análise da “invenção” do mito demoníaco da subclasse e de suas funções ideológicas e políticas nas áreas intelectual e político-jornalística, cf. WACQUANT (1992c). Discussões perceptivas acerca de seus elementos analíticos e políticos podem ser encontradas respectivamente em MARKS (1991) e GANS (1991).

³ Por exemplo, DUBET (1987), LePUILL e

tico, o tema da dualização ou da polarização das cidades tornou-se a preocupação central das áreas de ponta tanto da pesquisa quanto da teoria urbanas, enquanto os extremos “alta sociedade” e “gueto sombrio”, “riqueza suntuosa” e “destituição absoluta”, “burguesia cosmopolita” e “excluídos urbanos” floresceram e decaíram lado a lado⁴.

Juntos, esses eventos pareciam indicar uma convergência mundial notável dos padrões de marginalidade urbana. Contudo, uma análise minuciosa da ecologia, da localização estrutural, da composição e do arranjo organizacional dos territórios de exclusão que surgiram, seja há muito tempo, seja recentemente no Antigo e Novo Mundo, sugerem que as formas europeias de pobreza urbana *não* estão sendo “americanizadas”, isto é, não estão produzindo formações sócio-espaciais racial e/ou culturalmente uniformes baseadas no banimento forçado de uma população estereotipada negativamente em um território específico, no qual se desenvolve um conjunto de organizações específicas de grupo e lugar que reproduzem, em um nível mais baixo e incompleto, a estrutura institucional da sociedade mais ampla (WACQUANT, 1991).

Uma comparação entre os bairros de exclusão no “*Black Belt*” de Chicago e no “*Red Belt*” de Paris mostra que a decadente periferia metropolitana francesa e o gueto afro-americano são duas *constelações sócio-espaciais nitidamente*

LePUILL (1990), PAUGAM (1991 e 1993), JAZOULI (1992), DUBET e LAPEYRONNIE (1992), BODY-GENDROT (1993), LAPEYRONNIE (1993). Veja WACQUANT (1992b, 1995) para uma análise da difusão do “pânico moral” das cidades-gueto na França e sua base e significado sociais. Para um panorama das questões de frente do debate europeu mais amplo e uma comparação transatlântica, veja REX (1988), DAHRENDORF (1989), NEGRI (1989), ALLEN e MACEY (1990), LEIBFRIED (1991), HEISLER (1991), CROSS (1992), ADRI (1992), GUIDICINI e PIERETTI (1993), ENGBERSEN *et alii.* (1987, 1993), SILVER (1993), GODARD (1993), HEIN (1993), MCFATE, LAWSON e WILSON (1995) e MINGIONE (1995).

⁴ Por exemplo, v. DAVIS (1990), MOLLENKOPF e CASTELLS (1991), FAINSTEIN *et al.* (1992); e, para advertências, MARCUSE (1993).

distintas, com heranças urbanas diferentes, produzidas por lógicas diferentes de segregação e agregação, inseridas em estruturas de previdência social e de mercado distintas — tudo isso resultando em níveis significativamente elevados de destruição, segregação, isolamento e miséria. Em termos mais diretos, o “encerramento excludente”, conforme a formulação de Parkin (1978), e a exclusão sócio-espacial operam no *Black Belt* americano conforme uma lógica “racial”⁵, amparados pelo Estado e com base nas diferenças de classe; já no *Red Belt* francês esses fenômenos fundam-se principalmente nas diferenças de classe e são parcialmente exacerbados pelo *status* de imigrante colonial que as pessoas possuem e parcialmente amenizados pelo Estado (central e municipal). Portanto, o primeiro é um universo racial e culturalmente monótono, caracterizado pela baixa densidade organizacional e fraca penetração estatal (e, portanto, um lugar de alta insegurança física e social), ao passo que o último é tipicamente heterogêneo em termos de recrutamento etnonacional e de classe, com uma presença comparativamente mais forte das instituições públicas e com uma penetração mais profunda do Estado (WACQUANT, 1992b, 1992d).

A “trama” distinta de cor, classe e local de ambos os lados do Atlântico não exclui, porém, a possibilidade de que as transformações recentes dos guetos nos Estados Unidos, do *banlieue* (subúrbio) francês e das *inner cities* britânicas e holandesas possam anunciar a cristalização de uma nova e ainda incipiente, porém *distinta forma de marginalidade urbana*, diferente do gueto americano tradicional (TROTTER, 1993) e do “bairro operário” do século vinte na Europa (VERRET, 1979; THRIFT e WILLIAMS, 1987). Visto deste ângulo um tanto prospectivo, o “retorno das realidades recalçadas” de extrema pobreza e destituição social, as divisões etnoraciais (ligadas ao seu passado colonial) e a vio-

⁵ “Raça” significa aqui a dicotomia peculiar da oposição “negro/branco” instituída nos Estados Unidos como herança histórica da escravidão, uma divisão que não permite um termo mediador e que é única no mundo por sua rigidez e persistência (DAVIS, 1991), e com relação à qual os outros grupos definem a sua posição.

lência pública, e a sua acumulação nas mesmas áreas urbanas agonizantes, sugere que as cidades de Primeiro Mundo estão agora enfrentando o que podemos chamar de *marginalidade avançada*, isto é, novas formas de encerramento social excludente e de marginalização que surgiram — ou intensificaram-se — na cidade pós-fordista como resultado *não* do atraso, mas das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais, à medida em que estas repercutem nos extratos mais baixos da classe trabalhadora e nas categorias étnoraciais dominadas, bem como nos territórios que estas ocupam na metrópole dividida (SASSEN, 1991; MINGIONE, 1991; THRIFT, 1993).

O termo “avançada” pretende indicar que aquelas formas de marginalidade não estão *em nosso passado*, nem sendo absorvidas progressivamente seja pela expansão do “livre mercado” (isto é, por meio de um aprofundamento da mercantilização da vida social), seja através dos braços do Estado de bem-estar social, mas, mais exatamente, colocam-se *em nosso futuro*. A menos que novas formas de intervenção política sejam elaboradas para coibir ou re-direcionar as forças estruturais que as produzem — entre outras: o crescimento econômico concentrado e a dualização do mercado de trabalho; a casualidade do emprego e a autonomização da economia de rua em áreas urbanas degradadas; o desemprego em massa que conduz a uma completa desproletarização para grandes segmentos da classe trabalhadora, especialmente entre os jovens; e políticas estatais de contenção de gastos urbanos, quando não de total abandono — e novos mecanismos de mediação social sejam postos em prática para reincorporar as populações excluídas, espera-se que a marginalidade urbana continue a aumentar e a difundir-se, e, com ela, a violência de rua, a alienação política, a desertificação organizacional e a informalização da economia que infestam cada vez mais os bairros de excluídos das metrópoles na sociedade avançada.

II. ALGUMAS PROPRIEDADES DISTINTIVAS DA “MARGINALIDADE AVANÇADA”

Pode-se tentar elaborar, ainda que provisoria-

mente, uma caracterização típico-ideal dessa nova marginalidade *in statu nascendi*, contrastando-a com certos traços selecionados da pobreza urbana resultante do crescimento “fordista” no pós-guerra (1945-1975). Deve-se lembrar que tipos ideais não são “constructos sintéticos” puramente analíticos, mas abstrações sócio-históricas de exemplos reais de um fenômeno (WEBER, 1949: 86-92). Eles nos auxiliam no processo de formação e comparação de hipóteses; oferecem uma linha mestra para a identificação de variações significativas e suas possíveis causas. Como dispositivos heurísticos, contudo, tipos ideais não estão sujeitos a critérios de verdadeiro ou falso.

A caracterização resumida da “marginalidade avançada” que se segue é oferecida com reservas, sabendo-se muito bem que, como Wittgenstein uma vez advertiu (1977: 55), “conceitos podem aliviar a má conduta ou podem piorá-la; alimentá-la ou coibi-la”. Oposições binárias como as promovidas por tais exercícios conceituais estão propensas a exagerar as diferenças, confundir descrição e prescrição e estabelecer fortes dualismos que desconsideram continuidades, subestimam contingências e exageram a coerência interna de formas sociais. Com essas precauções em mente, podem ser destacadas aqui seis características distintas da marginalidade avançada a fim de serem minuciosamente examinadas.

(i) *O trabalho assalariado como parte do problema*: enquanto que nas décadas da expansão fordista ou do “capitalismo organizado” (LASH e URRY, 1988), a relação trabalho-salário foi uma solução eficiente para os dilemas da marginalidade urbana e da destituição social, parece que sob o regime em ascensão ela deve ser considerada (também) como parte do problema.

Tornando-se “internamente” instável e heterogêneo, diferenciado e diferenciador, o contrato de trabalho assalariado transformou-se numa fonte de fragmentação e precariedade, em vez de homogeneidade e segurança, para aqueles indivíduos mantidos na periferia do mercado formal. Vide, entre outros sinais, o crescimento do meio-expediente, dos cargos com horários variáveis, “flexíveis”, com menos benefícios, cláusulas de benefícios e de prorrogação

negociáveis e os vários caminhos seguidos para evitar os efeitos homogeneizantes do padrão da regulamentação estatal do trabalho assalariado (por exemplo, a tentativa de criar um salário submínimo para jovens sem habilidades, malograda na França durante o governo Balladur). O ressurgimento dos *sweatshops* (estabelecimentos sem o mínimo conforto para seus funcionários), do trabalho por empreitada e dos trabalhos desenvolvidos em casa, o desenvolvimento do tele-trabalho, a escala dupla de salário e a institucionalização do trabalho “permanentemente temporário”: todos esses fenômenos apontam para uma excessiva *dessocialização do trabalho assalariado*.

Ao lado da erosão da capacidade integradora da relação trabalho-salário, cada um dos elementos de segurança concedidos sob o contrato social fordista-keynesiano (STANDING, 1993) têm sido enfraquecidos ou estão sendo atacados: a segurança do mercado de trabalho (esforços do Estado para alcançar o pleno emprego), a garantia de uma renda (através de provisões sociais, benefícios para os desempregados e pertencimento a sindicatos) e a segurança no emprego (a redução do controle capitalista sobre os termos de contratação e demissão)⁶.

(ii) *Desconexão funcional proveniente de tendências macroeconômicas*: a marginalidade avançada parece estar cada vez mais desligada das flutuações de curto prazo da economia, de modo que as fases de expansão de emprego e consumo têm pouco efeito duradouro sobre ela. Dessa forma, as condições sociais e as chances de vida em bairros de excluídos na Europa e nos Estados Unidos mudaram muito pouco, se é que mudaram, durante os anos de crescimento entre a década de oitenta e o início da de noventa; porém, pioraram sensivelmente durante as fases de recessão. O desemprego entre os jovens continuou aumentando no *Red Belt* de Paris durante a administração de Rocard, mesmo quando o forte crescimento da economia havia contido o ataque violento do desemprego nacional. Em

Chicago, aproximadamente 80% dos moradores do gueto relataram uma deterioração de sua situação financeira após quatro anos consecutivos de crescimento econômico durante a administração Reagan e a maioria sentiu que seu bairro estava caminhando firmemente para uma maior dilapidação (WACQUANT e WILSON, 1989: 21-22).

Considerando esta relação assimétrica entre, por um lado, o desemprego agregado nacional e regional e, por outro, as condições dos bairros, e devido aos níveis atuais de aumento de produtividade e formas emergentes de “aumento do desemprego”, seriam necessárias taxas milagrosas de expansão econômica para reabsorver no mercado de trabalho aqueles que foram por muito tempo expulsos do mesmo. Isso significa que, longe de garantir realmente empregos, as políticas sociais baseadas na impulsão da capacidade de absorção do mercado de trabalho são, na verdade, dispendiosas e ineficientes, pois os novos excluídos são os últimos a serem atingidos pelos seus benefícios, somente após todos os outros grupos mais privilegiados haverem sido beneficiados pelo crescimento econômico.

(iii) *Fixação e estigmatização territoriais*: em vez de difundir-se por todas as áreas da classe trabalhadora, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios bem identificados, demarcados e cada vez mais isolados, vistos por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde somente o refugio da sociedade aceita habitar. Um estigma referente ao lugar sobrepõe-se assim ao já universal estigma da pobreza e (onde aplicável) da raça ou da origem colonial-imigrante. Ao mesmo tempo, estes “espaços condenados” são, ou ameaçam tornar-se, instalações permanentes da cidade e os discursos de difamação sobre os mesmos proliferam (WACQUANT, 1993a)⁷. Em cada metrópole importante do Primeiro Mundo, um distrito urbano ou município em particular tem se tornado famoso pelo fato de a de-

⁶ Sobre a “desorganização” do trabalho assalariado, veja EBEL (1995), LASH e BAGGULEY (1988), POLLERT (1988), BURTLESS (1990) e BEAUD e PIALOUX (1991).

⁷ Para uma análise mais detalhada do peso e dos efeitos da estigmatização territorial nas áreas de banimento na França, veja PÉTONNET (1982), AVERY (1987), BACHMAN e BASIER (1989), PAUGAM (1991) e DULONG e PAPERMAN (1992).

sordem, a ruína e o perigo serem vistos como acontecimentos comuns do dia-a-dia. A lista cresce a cada ano: o South Bronx e o Brownsville na cidade de Nova Iorque; Les Minguettes e Vaulx-en-Velin perto de Lyon; Brixton e East End, em Londres; Gutleutiviertel em Hamburgo; Rinkeby nos arredores de Estocolmo; e em Amsterdã.

Morar em casas populares [os HLM], construídas para o (sub)proletariado na periferia de Paris, cria “um indizível sentimento de culpa e vergonha cujo peso não reconhecido perverte as relações humanas” (PÉTONNET, 1982: 148); normalmente as pessoas escondem seu endereço, evitam receber familiares e amigos em casa ou sentem-se obrigadas a inventar desculpas por morar em um local abominável, vivenciado como uma sensação profunda de inferioridade e como uma mancha na autoimagem: “Eu mesmo não sou da *cit *”, insiste uma jovem de Vitry-sur-Seine. “Eu agora moro aqui porque estou com problemas. Mas não sou daqui e não tenho nada a ver com as pessoas daqui” (PÉTONNET, 1982:149). De forma similar, os habitantes do gueto em Chicago negam que pertençam ao bairro (uma rede entrelaçada de conhecimento e de assistência mútua), e tentam distanciar-se de um lugar e de uma população que eles sabem que são universalmente ultrajados: “Pombas!, eu não sei o que as pessoas por aqui fazem, eu acho que estou praticamente sozinho. Eu não me misturo com as pessoas do bairro” (WACQUANT, 1993a). Muitas vezes o senso de indignidade social só pode ser desviado empurrando o estigma para o outro — os vizinhos do andar de baixo, a família de estrangeiros que mora em um prédio adjacente, os jovens do outro lado da rua que “usam drogas” ou os residentes da próxima quadra que são suspeitos de receber ilegalmente o seguro-desemprego ou a previdência social.

(iv) *A alienação territorial, ou a dissolução do “lugar”*: o anverso desse processo de estigmatização territorial é a dissolução do “lugar”, isto é, a perda de um local com o qual as populações urbanas marginalizadas identifiquem-se e no qual sintam-se seguras. As teorias pós-fordistas sugerem que a re-configuração atual do capitalismo envolve não somente uma vasta mistura de empresas, empregos e pessoas no espaço, mas

uma transformação marcante na organização e na experiência do próprio espaço (veja especialmente HARVEY, 1989; também SOJA, 1989 e SHIELDS, 1991). Isto encontra-se em conformidade com a modificação de ambos, o gueto e o *banlieue*, que de “lugares” comunais plenos de emoções compartilhadas, significados conjuntos, práticas e instituições de reciprocidade, transformaram-se em “espaços” indiferentes de mera sobrevivência e luta.

A distinção entre estas duas concepções ou modos de apropriação do ambiente existente pode ser assim colocada: “‘Lugares’ são arenas estáveis, ‘cheias’ e ‘fixas’, enquanto ‘espaços’ são ‘vácuos potenciais’, ‘ameaças possíveis’, áreas que devem ser temidas, protegidas ou abandonadas” (SMITH, 1987: 297). Smith acrescenta que a mudança de uma política de lugar para uma política de espaço   “encorajada pelo enfraquecimento das liga es comunais territorialmente situadas na cidade. Também   alimentada pela tendência de retrair-se para um domicílio particular e pelo fortalecimento de sentimentos de vulnerabilidade que emergem da busca de realiza o pessoal ou segurança” (1987:297).

Deve-se tomar cuidado para não romantizar as condi es de vida nos bairros proletários e nos enclaves segregados do passado. Nunca houve uma “ poca dourada” na qual a vida no gueto americano e no *banlieue* francês tenha sido doce e as rela es sociais tenham sido harmoniosas e gratificantes. Todavia, parece que a experiência da exclusão urbana vem se modificando, de maneira que hoje a situa o está excepcionalmente mais opressiva e alienante.

Para exemplificar rapidamente: até os anos sessenta, o gueto negro americano ainda era um “lugar”, um *oekoum ne* coletivo, uma paisagem urbana humanizada (embora opressiva) com a qual os negros tinham uma forte identifica o positiva, conforme expressa na retórica do “*soul*” (HANNERZ, 1968), e sobre o qual se desejava estabelecer um controle coletivo — esse foi um dos objetivos do movimento *Black Power*. Hoje, o gueto   um “espaço”, e, enquanto tal, já não   mais um recurso comum que os afro-americanos podem usar para proteger-se da opressão dos brancos. Ele tornou-se, em vez disso, um vetor de divisão intra-comunal e um

instrumento para o aprisionamento virtual do sub-proletariado urbano de cor, um território temido e abominado do qual, como um informante do South Side de Chicago colocou sucintamente, “todo mundo está tentando escapar”.

Longe de proporcionar proteção às inseguranças e às pressões do mundo exterior, o espaço do “hipergueto” agora é um perigoso campo de batalha (WACQUANT, 1994b), no qual uma disputa de quatro-cantos é travada entre, de um lado, os predadores de rua (gângues e especuladores), organizados e independentes, que procuram saquear quaisquer riquezas que por lá circulem, e, de outro, os moradores locais e suas organizações (tais como o MAD, “Mães Contra Drogas”, no West Side de Chicago, ou clubes de quarteirão e associações de comerciantes, aonde ainda existam), que se empenham para conservar o valor de uso e de troca de seu bairro, postos de vigilância do Estado encarregados de conter a violência e a desordem dentro do perímetro do núcleo urbano racialmente delimitado e os predadores institucionais externos (especialmente corretores de imóveis), para quem a conversão das seções das margens do *Black Belt* para o uso da classe média pode render lucros fenomenais⁸.

(v) *A perda do interior*: relacionado ao desgaste do lugar está o desaparecimento de um interior viável. Em fases anteriores da crise e da reestruturação capitalista moderna, os trabalhadores rejeitados temporariamente pelo mercado de trabalho poderiam recorrer à sua comunidade de origem, fosse essa um bairro de trabalhadores, um gueto comunal ou uma vila rural no interior ou no seu país de origem (KORNBLUM, 1974; LIPSITZ, 1989: capítulos 1 e 3; SAYAD, 1991).

Quando, em função de uma queda cíclica da economia industrial de Chicago, os moradores

⁸ Dois exemplos paradigmáticos de intromissões externas no gueto visando lucro são as tentativas permanentes da cidade de Chicago de dispersar e converter o projeto Cabrini Green no Near North Side, bem perto da opulenta Gold Coast, e os esforços da Universidade de Chicago para fechar e renovar os núcleos habitacionais dilapidados na área adjacente a Oakland.

de “Bronzeville” foram demitidos das fábricas e fundições, moinhos e revendedoras de automóveis, onde trabalharam arduamente, dependeram do amparo dos familiares, dos amigos mais próximos e da igreja. A maioria dos residentes era assalariada e uma rede densamente entrelaçada de organizações baseadas no bairro ajudou a amenizar o choque da privação econômica, enquanto “empreendimentos duvidosos” ramificando-se através da estrutura de classe proporcionaram o precioso emprego temporário (DRAKE e CAYTON, 1993). Em contraste, a maioria dos residentes atuais do South Side são desempregados; a área vem sendo virtualmente esvaziada de seu meio de sustento coletivo; e os vínculos com o trabalho assalariado externo vêm sendo drasticamente diminuídos pela desproletarização total de grandes segmentos da população local.

Atualmente, os indivíduos há muito tempo excluídos dos empregos remunerados em bairros de excluídos não podem depender prontamente do amparo coletivo informal enquanto aguardam um trabalho posterior que pode, além disso, nunca aparecer. Para sobreviver, eles têm de recorrer a estratégias individuais de “auto-abastecimento”, “trabalho clandestino”, comércio (informal) e a quase institucionalizada “hustling”⁹ (GERSHUNY, 1983; SMITH, 1986; INCHIES-TA, 1986; PAHL, 1987; EEC, 1989; WACQUANT, 1994b; BOURGOIS, 1995), que pouco fazem para aliviar a situação de precariedade, pois “as conseqüências relativas à distribuição do padrão de trabalho informal nas sociedades industrializadas reforçam, em vez de reduzir ou refletir, padrões contemporâneos de desigualdade” (PAHL, 1989: 249). O caráter da economia informal também vem mudando em muitas cidades. Parece que ela está cada vez mais desligada do setor comum do trabalho assalariado e seus circuitos paralelos oferecem poucos pontos de entrada para o mundo de trabalho legal; assim, jovens envolvidos em trabalhos ilegais freqüentemente têm mais chance de ficarem por longo tempo marginalizados.

(vi) *Fragmentação simbólica e social*: a

⁹ Entre aspas no original (nota dos tradutores).

marginalidade avançada também difere de suas predecessoras por desenvolver-se dentro de um contexto da decomposição de classe (AZÉMAR, 1992) em vez da formação ou consolidação de classe, e sob a pressão da *desproletarização* em vez da proletarização. Está faltando, portanto, uma *linguagem*, um repertório de representação e sinais compartilhados através dos quais um destino coletivo é concebido e possíveis futuros alternativos sejam projetados. A ausência de uma linguagem comum através da qual se unificam simbolicamente, acentua a dispersão e a fragmentação social dos novos pobres urbanos. O instrumento organizacional permanente de voz coletiva e das reivindicações do proletariado urbano, a saber, os sindicatos, é completamente inadequado para enfrentar as questões que surgem e estendem-se além da esfera convencional do trabalho assalariado regulamentado e suas táticas tradicionais de defesa parecem somente agravar os dilemas enfrentados¹⁰.

III. IMPLICAÇÕES PARA TEORIA E PESQUISA URBANAS

Se uma forma de marginalidade avançada “de terceiro tipo”, aproximada porém diferente daquela incorporada pelo histórico *Black Belt* americano e pelo tradicional *Red Belt* na França, está de fato incubada na cidade pós-fordista, surgem dois desafios, um intelectual e outro político, que exigem uma *renovação* tanto dos *modelos de análise social herdados*, quanto da ação política, quando se trata de questões de desigualdade urbana.

Para a pesquisa social, cada uma das características típico-ideais da marginalidade avançada esboçadas acima fornece um tópico para investigação empírica¹¹. De que maneira exatamente vem mudando a natureza da relação

salário-trabalho e quais são seus efeitos sobre as estratégias de vida, e para quem (MINGIONE, 1991; CASTEL, 1995)? Como o desgaste do “trabalhador social” está relacionado com a diversificação interna da classe trabalhadora e com a distribuição do desemprego socioeconômico por grupos e áreas? Como as tendências agregadas do emprego, flexibilidade, produtividade, remuneração e benefícios (FREEMAN, 1993) remodelam na prática os mercados de trabalho que os pobres urbanos têm de enfrentar? Seria pelo fato de o crescimento econômico não ter quase repercussões nos bairros de exclusão e o estreitamento do mercado de trabalho, quando ocorre, não “re-proletarizar” seus moradores (OSTERMAN, 1991; ENGBERSEN *et al.*, 1993)?

O estigma territorial é simplesmente uma modalidade sutil de discriminação racial disfarçada, ou pode-se sustentar que ele exerce efeitos reais — e letais — independente de e somado a distinções etnoraciais ou etnonacionais, incluindo as internas a um mesmo grupo (WILKINSON, 1992)? A perda de um sentido de lugar em territórios de exclusão urbana é uma peça de observação distante ou uma realidade profundamente sentida, e se assim for, como esta difere-se da experiência de desligamento do meio, dos costumes, da tradição nas épocas anteriores da formação e da transformação da classe trabalhadora (THRIFT e WILLIAMS, 1987; SAYAD, 1995)? Que linguagens o novo (sub)proletariado da cidade dividida empresta ou forja de novo para entender sua situação e (re)articular uma identidade coletiva (BOURDIEU *et al.*, 1993): uma linguagem que o religue à classe trabalhadora da qual eles escaparam, que o coloque em luta contra o Estado, ou ponha-os uns contra os outros? E como as estruturas, políticas e ideologias do Estado agem sobre a transformação social, espacial e simbólica da qual resultam os bairros de exclusão?

Uma das principais tarefas das futuras pesquisas sobre a marginalidade avançada será estabelecer como cada uma destas variáveis ou processos define-se de forma diferente em países diferentes e/ou em diferentes tipos de ambientes urbanos. Observe-se que estas perguntas têm uma relevância política imediata, pois parece difícil tratar muitas das manifestações concretas

¹⁰ Como quando os sindicatos renunciam a direitos coletivos conquistados duramente para evitar demissão em massa ou concedem a instituição de sistemas duplos de salário como meio de proteger seu desgastado quadro de filiados.

¹¹ As poucas referências selecionadas que seguem servem para indicar os trabalhos existentes que fornecem modelos possíveis para outras análises ou linhas básicas e pistas para comparações e críticas.

da nova marginalidade a menos que cheguemos, antes, a uma avaliação empírica de suas características distintas e das maneiras pelas quais estas características tornam ineficientes e por vezes até contraproducentes estilos tradicionais de soluções políticas.

Para os teóricos sociais, os dualismos urbanos de *fin-de-siècle* levantam, de forma aguda, a questão da adequação dos conceitos, das estruturas teóricas e das abordagens herdadas de uma era de organização capitalista que pode estar chegando ao fim. Os “excluídos” franceses e a “subclasse” americana — na medida em que se possa afirmar que estas categorias pré-construídas possuem quaisquer referências empíricas estáveis¹² —, ainda devem ser considerados parte da “classe trabalhadora”, quando esta classe encontra-se ela mesma em agonia, na verdade desaparecendo rapidamente na forma em que a conhecemos durante boa parte deste século? Ou os moradores dos bairros de excluídos devem ser considerados totalmente “fora” da estrutura de classe, pois caem em uma zona de marginalidade na qual um tropismo social específico opera, isolando-os dos outros? De forma similar, não teriam as categorias de “raça” e de “imigrante” se tornado analiticamente problemáticas, talvez até obsoletas na sua definição atual, pelo fato de seu conteúdo empírico ter se tornado internamente diferenciado, instável e disperso, referido a extremamente diferentes grades de classificação, posições sociais e experiências entre grupos e através do tempo?¹³

¹² Deve ficar claro que minha posição é a de que elas não têm. Estas categorias, uma mistura de erudição com um pouco de bom senso, são o que Kenneth Burke chamou de *terministic screens*: elas escondem mais do que revelam e ainda constituem um obstáculo adicional ao entendimento adequado da reconfiguração da marginalidade na cidade pós-fordista.

¹³ Com medo de que isto seja confundido com um chamado “pós-modernista” para rejeitar os instrumentos indispensáveis de uma crítica e de uma “ciência concreta de realidade empírica” (WEBER, 1949), e com eles as *menos imperfeitas* armas intelectuais que temos à nossa disposição em nosso esforço para entender e modificar o mundo, sugiro que os conceitos de classe e raça devam ser detidamente examinados e até mesmo revisados e modificados para aumentar seu poder cognitivo. Isto é diferente de afir-

Finalmente, se a *cidadania*, e não a classe, a renda, o *status* do emprego ou a “raça”, está se tornando o pivô central do encerramento excludente e do direito às transferências de bens e serviços provenientes da coletividade nacional, então necessitamos seriamente de um entendimento sociológico adequado dessa instituição, central para a modernidade e ainda marginal para a teoria e pesquisa sociais¹⁴. Por sua vez, repensar os mecanismos que vinculam o pertencimento a um grupo e marginalidade avançada irá requerer um exame minucioso de quais “instituições mediadoras” (LAMPHERE, 1992) necessitam ser inventadas para “re-solidarizar” a cidade e produzir a integração social que anteriormente originava-se da incorporação a uma classe ou comunidade etnoracial compacta. Tudo isso sugere a necessidade de se ir além do paradigma rudimentar “Estado-mercado” que implicitamente embasa muito do atual pensamento nas Ciências Sociais e na política social.

IV. PARA UMA REVOLUÇÃO NA POLÍTICA DE ESTADO

Politicamente, o início e a expansão da marginalidade avançada apresentam formidáveis dilemas e exigem um questionamento radical dos modos tradicionais de intervenção estatal. Se a inclusão no mercado de trabalho pode não ser mais uma medida segura para reduzir a pobreza urbana — como demonstra claramente o aumento contínuo das fileiras de “trabalhadores pobres” nos Estados Unidos, enquanto a expan-

mar que: (i) eles são inúteis; (ii) as divisões de classes objetivas e as divisões etnoraciais repentinamente dissiparam-se no ar; ou (iii) eles existam somente como conquistas “discursivas” locais, contínuas, altamente maleáveis e quase fugitivas, como pensam algumas abordagens construcionistas.

¹⁴ Veja, contudo, o marcante florescimento dos estudos sociológicos sobre cidadania durante os últimos anos, que têm contribuído para revisar o modelo excessivamente evolutivo, progressista e consensual herdado de T. H. Marshall: entre outros, HEISLER (1991), TURNER (1992), ROCHE (1992), BRUBAKER (1992), MORRIS (1993), JANOSKI (1993), SOYSAL (1994) e os artigos apresentados na sessão de “Cidadania: Ligações Conceituais com o Racismo e Conflito Étnico”, organizada por Czarina Wilpert no Congresso Mundial de Sociologia em Bremen, 1994.

são da força de trabalho atinge números recordes juntamente com o subemprego —, pois a própria relação salário-trabalho tornou-se uma fonte de insegurança econômica e de instabilidade social, então os modelos francamente “social-democratas” de intervenção estatal estão condenados a atolar, decepcionar e, eventualmente, decepcionar a si mesmos¹⁵.

Se é verdade que as ligações funcionais entre crescimento econômico e emprego, entre emprego e estratégias de subsistência familiar e individual via “salário-família”, têm sido substancialmente ineficazes e, mais do que isso, interrompidas (OFFE, 1993), então as políticas sociais destinadas a combater a marginalidade avançada terão de ter um alcance “além do emprego” e fora do paradigma de mercado que as sustenta para dar apoio a soluções eficazes (OFFE e HEINZ, 1992). Devido às restrições crescentes da interdependência global, a “reflexão” generalizada da economia está agora além do controle de qualquer país e as políticas de criação de emprego são claramente insuficientes para diminuir de forma consistente o desemprego estrutural e disfarçado (como a experiência da última década na França já nos ensinou). O caminho tomado pelos Estados Unidos (“low-level-service-jobs”), assim como a flexibilização do trabalho estimulada pelos empregadores no todo mundo, promete somente espalhar a pobreza e generalizar a insegurança (FREEMAN, 1993), por motivos óbvios.

Parece restar somente uma solução viável: no curto prazo, restabelecer ou expandir os serviços públicos a fim de garantir provisões iguais de bens públicos básicos a todas as áreas urbanas e aliviar imediatamente a miséria criada pelo *desinvestimento social* causado pelo corte parcial (na Europa Continental) e em grande escala (nos Estados Unidos) nos gastos nas instituições públicas nos territórios de exclusão durante a última década (WACQUANT, 1993b); e, a longo prazo, relaxar a obrigação de assalariamento e aumentar a distribuição social com a intenção

¹⁵ Não precisamos discutir aqui as ciência políticas conservadoras de *laissez faire et laissez passer*, pois dificilmente elas levam em conta as causas da marginalidade avançada na sua terapêutica.

de (i) reduzir a oferta de trabalho e (ii) re-estabilizar o sistema de estratégias de reprodução e subsistência domésticas.

Abandonando a suposição altamente discutível de que a grande maioria dos membros das sociedades desenvolvidas podem ou terão suas necessidades básicas satisfeitas via emprego formal (ou pelo emprego de membros de suas famílias), as políticas públicas destinadas a conter a marginalidade avançada devem operar para facilitar e suavizar o fim da subsistência através do trabalho, a renda por trabalho pago e a participação social proveniente de ganho salarial, fatos estes que já vem ocorrendo de maneira desigual e casual: “caso o mercado de trabalho não possa gerar segurança via renda, tal como se presumia na criação do consenso social pós-guerra, então, para permitir que o ‘mercado de trabalho’ opere com eficiência, a política social deve *desvincular a segurança via renda do mercado de trabalho*” (STANDING, 1993: 57).

Isso pode ser efetuado de uma só vez, instituindo-se a garantia de uma renda mínima ou “*um plano de renda básica*”, concedendo incondicionalmente meios adequados de subsistência e participação social para todos os membros da sociedade individualmente. As sociedades capitalistas ricas possuem meios para fazê-lo. Só lhes resta desenvolver vontade e inteligência política para tanto¹⁶.

Se isso for feito de maneira crescente, seja por expansão gradual do alcance dos programas existentes de auxílio à renda, ou através de alguma criação “*big bang*” *ex nihilo* de novíssimos conjuntos de programas de redistribuição, instituindo-se um “salário do cidadão”, será uma

¹⁶ A excelente coleção de ensaios de VAN PARIJS (1992) apresenta argumentos a favor (e contra) a renda mínima com base na liberdade, na igualdade, na eficiência econômica (definida como a habilidade para atingir objetivos ou promover crescimento) e na comunidade. Veja-se também *Theory and Society* (1985), BRITTAN e WEBB (1990) e a pesquisa compilada pela Citizens Income Study Centre de Londres; e compare-se com as avaliações dos primeiros três anos do RMI da França, o plano nacional de renda mínima garantida, feitas em CASTEL e LAË (1992) e em PAUGAM (1993).

medida ambiciosa que requer uma completa revisão dos nossos conceitos, hoje aceitos, de trabalho, dinheiro, tempo, utilidade, previdência e justiça. Van Parijs (1992: 07) acertadamente enxerga nisto “uma profunda reforma no mesmo nível da abolição da escravidão ou da introdução do sufrágio universal”. Ainda que possa parecer impalatável, irreal e custosa, uma coisa é certa: como a persistente e crítica marginalidade do tipo que vem contaminando cidades americanas e europeias na última década continua a aumen-

tar, as estratégias para o “governo da miséria” (PROCACCI, 1993) terão que ser reorganizadas de modos tão drásticos que não podem ser hoje previstos. Antes da Revolução Francesa, a idéia de depor a monarquia era adequadamente inconcebível, pois como uma pessoa-criança poderia viver sem a orientação de seu rei-pai (HUNT, 1992)? E ainda assim 1789 veio, e veio como uma tempestade. A institucionalização dos direitos de cidadania à subsistência e ao bem-estar social fora da tutela do mercado pode bem ser a Bastilha do novo milênio.

Loïc J. D. Wacquant (loic@uclink2.berkeley.edu) é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia-Berkeley e Pesquisador do Centro de Sociologia Européia do Collège de France.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRI (Agence pour le Developpement des Relations Interculturelles). (1992). *L'intégration des minorités immigrées en Europe*. Paris, Editions du Centre National de la fonction publique territoriale.

ALLEN, Sheila and **MACEY**, Marie. (1990). “Race and Ethnicity in the European Context.” *British Journal of Sociology*, 41 (3): 375-393.

EVERY, Desmond. (1987). *Civilisations de La Courneuve: Images brisées d'une cité*. Paris, L'Harmattan.

AZÉMAR, Guy-Patrick. (ed.). (1992). *Ouvriers, ouvrières. Un Continent morcelé et silencieux*. Paris, Editions Autrement.

BACHMAN, Christian e **BASIER**, Luc. (1989). *Mise en images d'une banlieue ordinaire*. Paris, Syros.

BEAUD, Christian e **PIALOUX**, Michel. (1991). “The Slave and the Technician”. Artigo apresentado na Conferência sobre Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbana. Maison Suger, Paris, 9-11 de maio.

BODY-GENDROT, Sophie. (1993). *Violence et ville. L'interruption de nouveaux acteurs*. Paris, Presses Universitaires de France.

BOURDIEU, Pierre et al. (1993). *La misère du monde*. Paris, Seuil.

BOURGOIS, Philippe. (1995). *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Cambridge, Cambridge University Press.

BRITTAN, Samuel e **WEBB**, Steven. (1990). *Beyond the Welfare State: An Examination of Basic Incomes in a Market Economy*. Aberdeen, Aberdeen University Press.

BRUBAKER, William Rogers. (1992). *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge, Harvard University Press.

BRUN, Jacques e **RHEIN**, Catherine. (eds.). (1994). *La ségrégation dans la ville*. Paris, L'Harmattan.

BURTLESS, Gary. (ed.). (1990). *A Future of Lousy Jobs?* Washington, Brookings Institution.

CASTEL, Robert e **LAË**, Jean-François. (eds.). (1992). *Le revenu minimal d'insertion. Une dette sociale*. Paris, L'Harmattan.

CASTEL, Robert. (1995). *Les metamorphoses de la question sociale*. Paris, Flammarion.

CROSS, Malcom. (ed.). (1992). *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge, Cambridge University Press.

CROSS, Malcom. (ed.). (1992). *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and*

- North America*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DAHRENDORF**, Ralf. (1989). *The Underclass and the Future of Britain*. Windsor, St. George's House Tenth Annual Lecture.
- DAVIS**, F. James. (1991). *Who Is Black? One Nation's Definition*. University Park, Penn State Press.
- DAVIS**, Mike. (1990). *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London and New York, Verso.
- DEVINE**, Joel A. e **WRIGHT**, James D. (1993). *The Greatest of Elvis: Urban Poverty and the American Underclass*. Aldine de Gruyter.
- DRAKE**, St. Clair e **CAYTON**, Horace R. [1945]. (1993). *Black Metropolis: A Study of Negro life in a Northern City*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DUBET**, François. (1987). *La galère. Jeunes en survie*. Paris, Seuil.
- DUBET**, François e **LAPEYRONNIE**, Didier. (1992). *Les quartiers d'exil*. Paris, Seuil.
- DULONG**, Renaud e **PAPERMAN**, Patricia. (1992). *La réputation des cités HLM: enquête sur le langage de l'insécurité*. Paris, L'Harmattan.
- EBEL**, K. (1995). "Social and Labor Implications of Flexible Manufacturing Systems". *International Labour Review*, 124 (2): 133-145.
- EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY (EEC)**. (1989). *Underground Economy and Irregular Forms of Employment: Synthesis Report and Contry Monographies*. Brussels, mimeo.
- ENGBERSEN**, Godfried *et al.* (1993). *Cultures of Unemployment: Long-Term Unemployment in Dutch Inner Cities*. Boulder, Westview Press.
- ENGBERSEN**, Godfried *et al.* (1987). *Moderne Armoede: Overleven op het sociaal minimum*. Leiden, H.E. Stenfert Kroese B.V.
- FAINSTEIN**, Norman. (1993). "Race, Class and Segregation: Discourses About African-Americans". *International Journal of Urban and Regional Reserch*, 17 (3): 384-403, September.
- FAINSTEIN**, Susan S., **GORDON**, Ian e **HARLOE**, Michael. (eds.). (1992). *Divided Cities: New York and London in the Contemporary World*. Oxford, Basil Blackwell.
- FREEMAN**, Richard B. (ed.). (1993). *Working Under Different Rules*. New York, Russel Sage Foundation.
- GANS**, Hebert H. (1991). "The Dangers of the Underclass: Its Harmfulness as a Planning Concept". In: *People, Plans and Policies: Essays on Poverty, Racism, and Other National Urban Problems*. New York, Columbia University Press.
- GERSHUNY**, J.I. (1983). *Social Innovation and the Division of Labor*. Oxford and New York, Oxford University Press.
- GLASGOW**, Douglas. (1981). *The Black Underclass*. New York, Vintage.
- GODARD**, Francis (ed.). (1993). "La ville americaine: Futur de nos villes?" *PIR-Villes*, Paris, 2: 4-10, Octobre.
- GUIDICINI**, Paolo e **PIERETTI**, Giovanni. (eds.). (1993). *La residualita come valore: Porveta urbane e dignita umana*. Milano, Franco Angeli.
- HANNERZ**, Ulf. (1968). "The Rhetoric of Soul: Identification in Negro Society". *Race*, 9 (4): 453-465.
- HARRIS**, Fred R. e **WILKINS**, Rooger W. (eds.). (1989). *Quiet Riots: Race and Poverty in the United States — The Kerner Report Twenty Years Later*. New York, Pantheon.
- HARVEY**, David. (1989). *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell.
- HEIN**, Jeremy. (1993). "Ethnic Pluralism and the Disunited States of North America and Western Europe". *Sociological Forum*, 8 (3): 507-516, September.
- HEISLER**, Barbara S. (1991). "A Comparative Perspective on Citizenship". *Theory and Society*, 2 (4): 455-484, August.
- HUNT**, Lynn. (1992). *The Family Romance of the French Revolution*. Berkeley, University of California Press.
- INCHIESTA**. (1986). *Economie informale*,

strategie familiari e mezzogiorno. Special issue, 74, October-December.

JANOSKI, Thomas. (1993). *Citizenship and Civil Society: Theoretical Frameworks and Processes of Rights and Obligations in Industrialized Countries*. Unpublished book manuscript, Duke University.

JAZOULI, Adil. (1992). *Les années banlieue*. Paris, Seuil.

KATZ, Michael B. (1989). *The Underserving Poor*. New York, Random.

KORNBLUM, William. (1974). *Blue-Collar Community*. Chicago, The University of Chicago Press.

LAMPHERE, Louise (ed.). (1992). *Structuring Diversity: Ethnographic Perspective on the New Immigration*. Chicago, The University of Chicago Press.

LE PULL, Gérard e **LE PULL**, Stéphane. (1990). *La décennie des nouveaux pauvres*. Paris, Messidor/Éditions Sociales.

LIPSITZ, George. (1989). *A Life in the Struggle: Ivory Perry and the Culture of Opposition*. Philadelphia, Temple University Press.

LAPEYRONNIE, Didier. (1993). *Individu et minorités*. Paris, PUF.

LASH, Scott e **BAGGULEY**, Paul. (1988). "Labour Relations in Disorganized Capitalism: A Five-Nation Comparison". *Society and Space*, 6 (3): 321-338, September.

LASH, Scott e **URRY**, John. (1988). *The End of Organized Capitalism*. Madison, University of Wisconsin Press.

LEIBFRIED, Stephan. (1991). "A Comparative Analysis of Welfare Regimes in Europe and the United States". Paper presented at the Working Conference on "Pauvreté, immigrations et marginalités urbaines dans les sociétés avancées". Paris, Maison Suger, May.

MARCUSE, Peter. (1993). "What's So New About Divided Cities?" *International Journal of Urban and Regional Research*, 17 (3): 355-365.

MARKS, Carole. (1991). "The Urban Underclass". *Annual Review of Sociology*, 17:445-466.

MASSEY, Douglas e **DENTON**, Nancy. (1993). *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, Harvard University Press.

MCFATE, Katherine et al. (eds.). (1995). *Povert, Inequality, and Future of Social Policy: Western States in the New World Order*. New York, Russell Sage Foundation.

MINGIONE, Enzo. (1991). *Fragmented Societies: A sociology of Economic Life Beyond the Market Paradigm*. Oxford, Basil Blackwell.

MINGIONE, Enzo. (ed.). (1995). *The Underclass and the New Poverty*. Oxford, Basil Blackwell.

MOLLENKOPF, John e **CASTELLS**, Manuel. (eds.). (1991). *Dual City: Restructuring New York*. New York, Russell Sage Foundation.

MORRIS, Lydia. (1993). *Dangerous Classes: The Underclass and Social Citizenship*. New York, Routledge.

NEGRI, N. (1989). *Poverta in Europa e trasformazione dello stato sociale*. Milano, Angeli.

OFFE, Claus. (1993). "A Non-Productivist Design for Social Policies". In: VAN PARIJS, Philippe. (ed.). *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. London, Verso.

OFFE, Claus e **HEINZE**, Rolf G. (1992). *Beyond Employment: Time, Work, and the Informal Economy*. Philadelphia, Temple University Press.

OSTERMAN, Paul. (1991). "Gains From Growth? The Impact of Full Employment on Poverty in Boston". In: JENCKS, Christopher e PETERSON, Paul E. (eds.). *The Urban Underclass*. Washington, D.C., The Brookings Institution.

PAHL, Robert E. (1987). "Does Jobless Mean Workless? Unemployment and Informal Work". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 493: 36-46.

PAHL, Robert E. (1989). "Is the Emperor Naked? Some Questions on the Adequacy of Sociological Theory in Urban and Regional Research". *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (4): 709-720.

- PARKIN, Frank.** (1978). *Marxism and Class Analysis: A Bourgeois Critique*. New York, Columbia University Press.
- PAUGAM, Serge.** (1991). *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris, PUF.
- PAUGAM, Serge.** (1993). *La société française et ses pauvres*. Paris, PUF
- PÉTONNET, Colette.** (1982). *Espace habités. Ethnologie des banlieues*. Paris, Galilé.
- POLLERT, Anna.** (1988). "Dismantling Flexibility". *Capital and Class*, 34: 42-75.
- PROCACCI, Giovana.** (1993). *Gouverner la misère. La question sociale en France, 1789-1848*. Paris, Seuil.
- REX, John.** (1988). *The Ghetto and the Underclass*. Avebury, Aldershot.
- ROCHE, Maurice.** (1992). *Rethinking Citizenship*. Cambridge, Polity Press.
- SASSEN, Saskia.** (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.
- SAYAD, Abdelmalek.** (1991). *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*. Brussels and Paris, De Boeck.
- SAYAD, Abdelmalek.** (1995). *Un Nanterre algérien, terre de bidonvilles*. Paris, Autrement.
- SHIELDS, Rb.** (1991). *Places on the Margins*. London, Routledge.
- SILVER, Hilary.** (1993). "National Conceptions of the New Urban Poverty: Social Structural Change in Britain, France, and the United States". *International Journal of Urban and Regional Research*, 17 (3): 336-354.
- SMITH, Dennis.** (1987). "Knowing your Place: Class, Politics, and Ethnicity in Chicago and Birmingham, 1890-1983". In: THRIFT, Nigel e WILLIAMS, Peter. (eds.). *Class and Space: The Making of Urban Society*. London, Routledge and Keagan Paul.
- SMITH, Susan.** (1986). *Britain's Shadow Economy*. Oxford, Clarendon Press.
- SOJA, Edward R.** (1989). *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London, Verso.
- SOYSAL, Yasemin Nuhiglu.** (1994). *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago, The University of Chicago Press.
- STANDING, Guy.** (1993). "The Need For a New Social Consensus". In: VAN PARIJS, Philippe (ed.). *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. London, Verso.
- THEORY AND SOCIETY.** (1985). Special issue on "A Capitalist Road to Communism". *Theory and Society*, 15.
- THRIFT, Nigel and WILLIAMS, Peter.** (eds.). (1987). *Class and Space: The Making of Urban Society*. London, Routledge and Keagan Paul.
- THRIFT, Nigel.** (1993). "An Urban Impasse?" *Theory, Culture, and Society*, 10 (2): 229-238, May.
- TROTTER, William Joe Jr.** (1993). "Blacks in the Urban North: The 'Underclass Questions' in Historical Perspective". In: KATZ, Michael B. (ed.). *The "Underclass" Debate: Views from History*. Princeton, Princeton University Press.
- TURNER, Bryan S.** (ed.). (1992). *Citizenship and Social Theory*. Newbury Park, Sage Publications.
- VERRET, Michel.** (1979). *L'espace ouvrier*. Paris, Armand Colin.
- VAN PARIJS, Philippe** (ed.). (1992). *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. London, Verso.
- WACQUANT, Loïc J. D.** (1991). "What Makes a Ghetto? Notes Toward A Comparative Analysis of Modes of Urban Exclusion". Paper presented at the Working Conference on Poverty, Immigration and Urban Marginality in Advanced Societies". Paris, Maison Suger, 10-11, May.
- WACQUANT, Loïc J. D.** (1992a). "Pour en finir avec le mythe des 'cités-guethos': Les différences entre la France et les Etats-Unis". *Annales de la recherche urbaine*, 52: 20-30, September.
- WACQUANT, Loïc J. D.** (1992b). "Banlieues françaises et ghetto noir américain: de l'amal-

game à la comparaison”. *French Politics and Society*, 10 (4): 81-103.

WACQUANT, Loïc J. D. (1992c). “Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain”. In: FAURÉ, Cristine e BISHOP, Tom. (eds.). *L’Amérique des français*. Paris, François Bourin.

WACQUANT, Loïc J. D. (1992d). “Fascia Rossa, Fascia Nera: Colori, Classi i Loughi Dei Ghetti di Chicago e Della Periferia Parigina”. *Inchiesta*, 97-98: 17-29, December.

WACQUANT, Loïc J. D. (1993a). “Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery”. *International Journal of Urban and Regional Reserch*, 17 (3): 366-383, September.

WACQUANT, Loïc J. D. (1993b). “Negative Social Capital and the Breakdown of Public Institutions in the Urban Core”. Paper prepared for the Workshop on Social Capital and American Urban Problems. *American Academy of Arts and Sciences*, Cambridge, October.

WACQUANT, Loïc J. D. (1994a). “O retorno do recalçado: violência urbana, ‘raça’ e dualização em três sociedades avançadas”. *Revista*

Brasileira de Ciências Sociais, 24:16-30.

WACQUANT, Loïc J. D. (1994b). “The New Urban Color Line: The State and Fate of the Ghetto in Postfordist America”. In: CALHOUN, Craig J. (ed.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford, Basil Blackwell.

WACQUANT, Loïc J. D. (1995). “Pour comprendre la ‘crise’ des banlieus”. *French Politics and Society*, 13 (4) (Fall).

WEBER, Max. (1949). *Methodology of the Social Sciences*. Glencoe, Free Press.

WILKINSON, Daniel. (1992). *Isolating the Poor: Work and Community in the Inner City*. Cambridge, Mass., Harvard University, unpublished B.A. Honors Thesis.

WILSON, William Julius. (1987). *The Truly Disadvantaged: the Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago, The University of Chicago Press.

WILSON, William Julius (ed.). (1993). *The Urban Underclass: Social Science Perspectives*. Newbury Park, Sage Publications.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1977). *Ver-mischte Bemerkungen*. Frankfurt, Syndicat Verlag.